



Comissão
Nacional de Eleições



Anos das Eleições Autárquicas

15.12.1991 - 15.12.2023

O Início do Poder Local Democrático em Cabo Verde

Nota de Abertura

Reviver e Preservar a História Eleitoral de Cabo Verde

Por ocasião dos 29.º aniversário da Comissão Nacional de Eleições de Cabo Verde, enquanto órgão independente e permanente, não propondo ouvir-se a si própria diante do seu público-alvo, no caso os eleitores e os seus parceiros, eis que, na presente comunicação que dá suporte, através da imprensa, às comemorações dos 32 anos da realização das primeiras eleições autárquicas para a eleição direta dos Titulares dos Órgãos Municipais em Cabo Verde, emerge outra forma de comunicar com os (e) leitores, que parecendo igual, não é.

Esta edição especial é muito mais do que comunicar, ela representa o reviver da história do dia 15 de dezembro de 1991, data da primeira eleição geral, democrática e direta, dos titulares dos Órgãos Municipais dos 14 Municípios existentes na altura.

Com o propósito de contribuir para a preservação da história eleitoral de Cabo Verde, reavivamos as informações essenciais sobre o processo eleitoral e partilhamos histórias sobre a vivência política e democrática contadas pelos próprios candidatos e jornalistas, na perspetiva de valorizar o percurso da democracia cabo-verdiana, sempre de olhos postos no futuro.

A Comissão Nacional de Eleições, a presidente e os seus membros (Cristina Leite, Elba Pires, Arlindo Tavares) propõem comemorar consigo, caro (e) leitor, os 32 anos do poder local democrático em Cabo Verde, marcado por eleições periódicas e justas. Participe!



*Maria do Rosário Lopes Pereira Gonçalves
Juiz de Direito, Presidente da Comissão Nacional de Eleições*

Dezembro de 2023

AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS EM CABO VERDE (15 de dezembro de 1991)

Biografia

Data da realização: 15 de dezembro de 1991 (Domingo)

Data da marcação: 19 de setembro de 1991, através do Decreto do Conselho de Ministros n.º 129/91 de 20 de setembro.

Concelhos abrangidos: todos os catorzes (14): Boa Vista, Brava, Fogo, Maio, Paul, Porto Novo, Praia, Ribeira Grande de Santo Antão, Sal, Santa Catarina (Santiago), Santa Cruz, São Nicolau, São Vicente, Tarrafal.

Número de inscritos no recenseamento eleitoral: 174.401 eleitores;

Órgãos cujos cargos foram colocados em eleição: Câmara Municipal, com um total de 96 lugares, e Assembleia Municipal, com um total de 234 lugares.

Listas concorrentes propostas: 32. Com a desistência do MPD na ilha do Maio a favor do grupo independente GAPDM, ficou assim reduzido a 31 o número de listas concorrentes, sendo:

Grupos de Cidadãos Independentes (GCI)-14

Partidos Políticos- 17, sendo: Movimento para a Democracia (MPD) -10

Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV)-7

Órgão de Supervisão e Fiscalização — Comissão Eleitoral Municipal, uma para cada município.

Responsável pelo Recenseamento Eleitoral - Comissões de Recenseamento Municipal

Serviço de Apoio Eleitoral Direção de Serviço de Apoio ao Processo Eleitoral, DSAPE.

Legislações envolvidas. Decreto n.º 86/91 de 30 de julho — O Governo estabelece as datas, de abertura e encerramento para a atualização do recenseamento eleitoral. Lei eleitoral n.º 48/III/90 e Decreto-Lei n.º 122/91.

Total eleitos — 330, sendo 96 para Câmara Municipal e 234 para Assembleia Municipal conforme quadro n.º 1:

Total eleitos (sexo masculino) – 302(82%)

Total eleitas (sexo feminino) - 28, sendo 8 para Câmara Municipal e 20 para Assembleia Municipal (8%)

Publicação dos resultados oficiais: Boletim Oficial de Cabo Verde n.º 50 de 18 de dezembro de 1991(Suplemento)

Mapa 1: Municípios e os cargos colocados em eleição

Município	Vereadores	Deputados da Assembleia Municipal
Paul	5	13
Ribeira Grande (Santo Antão)	7	17
Porto Novo	7	17
São Vicente	9	21
São Nicolau	7	17
Sal	5	13
Boa Vista	5	13
Maio	5	13
Praia	9	21
Santa Cruz	7	17
Santa Catarina (Santiago)	9	21
Tarrafal (Santiago)	7	17
Fogo	9	21
Brava	5	13
Total	96	234

Mapa 2: Eleitos desagregados por sexo

CONCELHO	Eleitos. Desagregado	PARTIDOS		C. INDEP.		Percentagem
		PAICV	MPD	GRP. IND	Total Eleitos	
praia	Eleitos por Lista	10	20	0	30	100%
	Homem	8	18	-	26	87%
	Mulher	2	2	-	4	13%
São Vicente	Total	4	5	21	30	100%
	Homem	4	4	17	25	83%
	Mulher	0	1	4	5	17%
Santa Catarina (Santiago)	Eleitos por Lista	0	25	5	30	100%
	Homem	-	24	5	29	97%
	Mulher	-	1	0	1	3%
Fogo	Total	22		8	30	100%
	Homem	22	0	7	29	97%
	Mulher	0	0	1	1	3%
Santa Cruz	Total	3	20	1	24	100%
	Homem	3	19	1	23	96%
	Mulher	0	1	0	1	4%
Taraafal	Total	0	18	6	24	100%
	Homem		17	6	23	96%
	Mulher		1	0	1	4%
Ribeira Grande (Santo Antão)	Total	0	22	2	24	100%
	Homem	-	19	2	21	88%
	Mulher	-	3	0	3	13%
Porto novo	Total	0	18	6	24	100%
	Homem		15	6	21	88%
	Mulher	-	3	0	3	13%
São Nicolau	Total	0	18	6	24	100%
	Homem	-	17	6	23	96%
	Mulher	-	1	0	1	4%
Sal	Total	0	0	18	18	100%
	Homem	-	-	18		0%
	Mulher	-	-	0		0%
Paul	Total	0	6	12	18	100%
	Homem	-	4	11	15	83%
	Mulher	-	2	1	3	17%
Brava	Total	4	14	0	18	100%
	Homem	3	13	-	16	89%
	Mulher	1	1	-	2	11%
Maio	Total	5	-	13	18	100%
	Homem	4	-	12	16	89%
	Mulher	1	-	1	2	11%
Boa vista	Total	18	0	0	18	100%
	Homem	17	-	-	17	94%
	Mulher	1	-	-	1	6%
Total Nacional	Eleitos	66	166	98	330	100%
	Homens	61	150	91	302	92%
	Mulher	5	16	7	28	8%

Mapa 3: Candidatos cabeças de lista eleitos

Municípios (14)	Eleitos Câmara Municipal	Lista	Eleitos Assembleia Municipal	Lista Concorrentes
Ribeira Grande (Santo Antão)	Jorge Pedro Maurício dos Santos	MPD	António Jorge Morais Monteiro	MPD
Paul	Alcídio José Gonçalves Tavares	GIDSP	Rui Manuel Nobre de Oliveira Vera-Cruz	GIDSP
Porto Novo	Cesar Augusto de Barbosa Almeida	MPD	Cristalina da Fátima Alves Fortes dos Reis	MPD
São Vicente	Onésimo Silveira	MPRSV	Valdemiro Rito Sousa Martins	MPRSV
São Nicolau	João de Deus Lopes da Silva Júnior	MPD	Manuel Nascimento Sança Gomes	MPD
Sal	José Sebastião Teixeira de Azevedo	PRO-S	Silvino Delgado Andrade	PRO-S
Boa Vista	Eutrópio Lima da Cruz	PAICV	António Augusto Pereira	PAICV
Maio	Amílcar Cupertino Andrade	GAPDM	Isac Pinheiro	GAPDM
Praia	Jacinto Abreu dos Santos	MPD	João Manuel Almeida	MPD
Santa Cruz	Pedro Alexandre Tavares Rocha	MPD	António Costa Lima	MPD
Santa Catarina (Santiago)	Celestino dos Santos Almada	MPD	Carlos Alberto Barreto de Carvalho Veiga	MPD
Tarrafal (Santiago)	Jacinto Vaz Furtado Miranda	MPD	José António de Sousa	MPD
Fogo	Eugénio Miranda da Veiga	PAICV	Atelelano João Henrique Dias de Fonseca	PAICV
Brava	Jorge Arcanjo Livramento Sá Nogueira	MPD	Miguel Pires Vieira	PAICV

Mapa 4: Os primeiros Presidentes de Câmaras Municipais eleitos democraticamente nas eleições de 15 de dezembro de 1991

Município	Presidentes	Partidos Políticos / Grupos de Cidadãos Independentes	Idade
Boa vista	Eutrópio Lima	PAICV	42
Brava	Jorge Sá Nogueira	MPD	34
Fogo	Eugénio Veiga	PAICV	42
Maio	Amílcar Andrade	GAPM	39
Paulo	Alcídio Tavares	GIDSP	29
Porto-Novo	César Almeida	MPD	35
Praia	Jacinto Santos	MPD	36
Ribeira Grande (Santo Antão)	Jorge Santos	MPD	29
Sal	José Azevedo	PRO-S	50
Santa Catarina (Santiago)	Celestino Almada	MPD	42
Santa Cruz	Pedro Alexandre Rocha	MPD	34
São Nicolau	João de Deus Lopes da Silva	MPD	55
São Vicente	Onésimo Silveira	MPRSV	57
Tarfal (Santiago)	Jacinto Furtado	MPD	36



Comissão
Nacional de Eleições

Testemunhos

Eleitos para servir num mundo desconhecido

As eleições para a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 1991 marcaram a história contemporânea cabo-verdiana: foram o primeiro sufrágio livre e universal no país. Com a garantia de que o seu voto seria devidamente escrutinado, de norte a sul do país, pela primeira vez, os cabo-verdianos escolheram livremente os seus representantes. Alguns desses eleitos já não estão entre nós, mas os que ainda vivem testemunham acerca da relevância desse pleito para a democracia e o poder local.

1. Entre as expectativas, quando se candidatou, o desafio do cargo, orgulho de ter sido um dos primeiros eleitos democraticamente e, eventualmente, deceções, qual seria o seu testemunho para esta e futuras gerações, sobretudo, para os atuais e os aspirantes a cargos políticos a nível municipal ou local?
2. Na sua perspetiva, a eleição dos titulares dos órgãos Municipais de forma direta, através do sufrágio livre e secreto dos eleitores instituído a partir de 15 de dezembro de 1991, foi uma boa escolha?
3. Volvidos 32 anos está satisfeito ou realizado com o percurso democrático do poder local em Cabo Verde e o correspondente processo eleitoral?



Jorge Santos
Presidente eleito da Câmara Municipal da Ribeira Grande (Santo Antão)

“A aposta no poder local foi uma das mais importantes para tirar o país do marasmo e da pobreza extrema em que se encontrava”

1. As mudanças políticas do regime de Partido Único para um regime multipartidário, a 13 de janeiro de 1991, foi uma mudança muito

importante para a sociedade cabo-verdiana e foi um ponto de viragem de um sistema que não valorizava os direitos individuais dos cidadãos, não dava liberdade aos cidadãos cabo-verdianos, nem facilitava a participação desses mesmos cidadãos em tudo o que fosse vida social, económica e cultural do país. Por isso é que nós todos nos envolvemos numa mudança de regime de Partido Único para um regime pluripartidário, que permitisse eleições universais, democráticas e que desse às populações o direito de escolher os seus dirigentes sejam nacionais, a nível do Parlamento, seja a nível local. E é no quadro dessa mudança histórica de regime que aconteceram essas eleições. E nós, em janeiro de 1991, já participamos nas eleições legislativas, pensando também no poder local, que era já nessa altura era uma aspiração da sociedade cabo-verdiana, ou seja, que as eleições não ficassem só a nível dos eleitos nacionais, mas que também tivesse uma implicação a nível local, pois durante os primeiros 15 anos de Cabo Verde como país independente o desenvolvimento foi muito centrado em polos, com a chamada tripolaridade de desenvolvimento (São Vicente, Praia, e Sal), mas nós defendíamos justamente desenvolver as ilhas em plataforma, ou seja, de Santo António a Brava, todos os concelhos com as mesmas oportunidades de desenvolvimento. Por isso nós idealizamos o poder local democrático e participado pelos cidadãos.

Passadas as eleições legislativas, tivemos uma fase de transição até as eleições autárquicas. Eu já trabalhava na Câmara Municipal de Ribeira Grande, em Santo Antão e a partir do mês de fevereiro, depois das eleições legislativas, em que fui eleito deputado nacional pelo círculo da Ribeira Grande, fui indigitado para substituir o delegado do Governo naquela fase de transição. Foi um período importante porque se tratou de uma fase de transição e preparação para as eleições autárquicas. Nesse período, refletimos profundamente sobre a situação real das câmaras municipais de Santo Antão a Brava, uma situação deveras difícil, em que praticamente todos os problemas estavam por resolver. A nível social, em termos de infraestruturização da educação, da saúde, do abastecimento de água, da urbanização, da energia elétrica. Havia uma ausência total de economia regional, localidades praticamente sem acessos, completamente isoladas. Ou seja, faltava tudo o que eram infraestruturas para o desenvolvimento, assistência técnica, assistência social. E foi neste quadro que nós idealizamos o poder autárquico e avançamos para as primeiras eleições municipais democráticas. Permitiu-nos a possibilidade de começar a projetar o que nós queríamos nas ilhas e nos concelhos. A situação era de muita precariedade e de muito abandono, havia uma assimetria regional em Cabo Verde grande, que afetava principalmente os chamados municípios de periferia. Em Santo Antão tivemos uma visão, quanto a mim, estratégica, que teve um papel importante e que consistiu, não em pensar em três concelhos, mas, em primeiro pensar a ilha, uma intermunicipalidade. E criámos a Associação dos Municípios de Santo Antão já no segundo ano de mandato, de que fui fundador e primeiro presidente também. Criámos um Gabinete Técnico Intermunicipal e, a partir, começamos a trabalhar, não obstante a pluralidade do poder local, porque nós tínhamos duas câmaras eleitas pelo MPD e uma câmara eleita por um grupo independente, apoiado pelo PAICV. Entretanto, conseguimos pôr a ilha, o seu desenvolvimento, acima de todo e qualquer interesse político ou partidário e conseguimos projetar e elaborar o primeiro Plano de Desenvolvimento de Santo Antão. Começamos a fazer uma ação fortíssima a nível da cooperação descentralizada, principalmente com a Cooperação Holandesa, conseguimos

trazer a Cooperação Luxemburguesa e também conquistar uma boa imagem junto da Cooperação da União Europeia. Aí é que nós começámos a ter ganhos de escala e o projeto do plano começou a ser executado com a adesão desses parceiros e é preciso dizer que a Cooperação Holandesa foi determinante no início, assim como também a Cooperação de Luxemburguesa. Por isso digo que essa ideia de intermunicipalidade, é fundamental para o poder local, catapultou o desenvolvimento da ilha de Santo Antão, conseguimos elevar o nível de conforto da população.

2. Foi uma boa escolha e foi uma opção inteligente porque o poder local é o poder mais próximo das pessoas e Cabo Verde precisava deste poder próximo para criar felicidade nas pessoas. É bom termos uma visão do desenvolvimento nacional, mas o desenvolvimento deve acontecer sobretudo a nível local. Por exemplo, hoje Santo Antão tem eletrificação a 100%. Em 1991 tinha 16%, só em alguns centros urbanos e com horas contadas, só à noite, hoje tem 24 horas de energia praticamente em toda a ilha, durante todo o ano. Isto mudou a vida das pessoas, pois levou telecomunicações, televisão, rádio e também a possibilidade de desenvolvimento da pequena indústria e a ligação com o exterior. Portanto, a aposta no poder local foi uma das mais importantes para a democratização do país, mas também para tirar o país do marasmo e da pobreza extrema em que se encontrava. Foi um elemento fortíssimo para a luta contra a pobreza que se fez na altura. E hoje estamos a colher os frutos dessa autonomia.

3. Com certeza. O poder local tem cumprido a sua missão e tem conseguido alcançar os fins para que foi criado, está cada vez mais próximo e deu um grande aporte à democracia nacional. É um dos principais pilares da democraticidade da sociedade cabo-verdiana. Se hoje Cabo Verde é tido como um país democrático e que tem um ambiente de equilíbrio e paz social é porque o poder local teve um papel fundamental. Agora, dizer que eu estou 100% satisfeito, não, com certeza há aspectos que temos de reforçar. Por isso é que eu estou plenamente de acordo que nesta fase se faça uma reflexão profunda sobre a natureza do poder local, do seu nível de autonomia e de descentralização, seja de poderes administrativos seja a nível financeiro,

dos recursos humanos de de competências próprias, principalmente no setor da economia. É preciso dar mais autonomia e mais poder às câmaras municipais e também mais recursos, sejam humanos sejam financeiros. Por isso é que eu estou plenamente de acordo com as reformas que neste momento estão a ser discutidas a nível do Parlamento, não só com o novo sistema de finanças locais para Cabo Verde, com a elevação da participação dos municípios nas receitas do Estado, que passa de 7% para 15%, já é uma evolução. A nossa proposta era até maior, era ir para 25%, mas pelo menos sai de 7 para 15% (é meio caminho andado),

mas também competência na área económica, principalmente na área do desenvolvimento. As câmaras municipais têm que ter mais competência nas áreas de desenvolvimento, turismo, agricultura, promoção da formação profissional e de pequenas empresas, da formalização da economia. Ou seja, o poder local, neste momento, já trabalha numa nova realidade. E, como tal, tem que pensar no nível de rendimento dos municípios. Não só na satisfação das suas necessidades sociais, mas também no nível de rendimento. Porque o maior promotor do desenvolvimento municipal é a autarquia local.



César Almeida

Presidente eleito da Câmara Municipal do Porto Novo

“Esta é uma conquista irreversível que a democracia veio trazer ao país”

I. Quando me candidatei a Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo, a minha experiência política era muito limitada, restringia-se a ter sido eleito Deputado da Nação nas listas do MPD, no dia 13 de janeiro de 1991, para a freguesia de S. João Batista e ter exercido estas funções em acumulação com as de delegado do Governo de transição, também no Porto Novo, por menos de um ano. Mais do que satisfazer as nossas

expetativas, tínhamos a missão de não defraudar as expetativas que as pessoas depositavam no novo poder político local de funcionamento de proximidade e de legitimidade democrática conferida pela vontade popular. Com espírito de missão dei a minha modesta contribuição para o processo de desenvolvimento da terra que me viu nascer. As futuras gerações que pretendam exercer cargos políticos a nível do poder municipal devem ter comprometimento militante, permanente, constante e altruísta, com missão de serviço público e dedicação, empenho, diálogo e contatos permanentes com as comunidades, assumindo a defesa intransigente dos seus interesses comuns, próprios e específicos, como causas municipais de prioridade inquestionável, que devem estar acima de tudo, até mesmo dos partidos que sustentam a candidatura dos eleitos.

2. Esta é uma conquista irreversível que a democracia veio trazer ao país e que permite que os poderes públicos municipais sejam constituídos pela vontade democrática das comunidades locais materializada em escrutínio secreto, geral, livre e universal para conferir aos órgãos municipais representatividade para o exercício do poder em seu nome que, na sua natureza de poder de proximidade, fica permanentemente sob o seu escrutínio, o qual se manifesta particularmente nas sessões públicas da Assembleia Municipal e que deveria ocorrer também nas sessões públicas da Câmara Municipal que lamentavelmente não é prática dos municípios, apesar da lei o prever.

3. O poder local permitiu a reestruturação da organização do poder político e a afirmação de um Estado de responsabilidades partilhadas entre o poder central e o poder local, no quadro da complementaridade e da subsidiariedade. Este estado de responsabilidades partilhadas, que tem fundamentos na autonomia municipal e descentralização democrática, que transfere atribuições e competências para o município, permitiu que o país alcançasse ganhos nos domínios da requalificação urbana e ordenamento do território, abastecimento de água, habitação, entre outros, os quais contribuíram para que Cabo Verde fosse graduado a País de Rendimento Médio em 2008, o que, sem o poder local, seria difícil de conseguir. Contudo, a descentralização carece de aprofundamento, em sede da reorganização e estruturação do quadro jurídico normativo que integra um novo regime financeiro dos municípios

que concretize a autonomia municipal e o princípio constitucional da justa repartição de recursos entre o Estado e os municípios, o que ainda não está assegurado. É preciso também introduzir ajustes no processo eleitoral para eleição do presidente da Câmara Municipal e do presidente da Assembleia Municipal. Está entendido ou convencionado, pois não consta do Código Eleitoral, que é eleito presidente da Câmara Municipal, o cidadão que encabeçar a lista para esse órgão, enquanto o cidadão que encabeçar a lista da Assembleia Municipal como candidato a Presidente deste órgão, pode não ser eleito, no quadro da eleição da Mesa da Assembleia Municipal, o que viola a vontade popular, pois, os eleitores votam em listas encabeçadas por candidatos para Presidente da Câmara Municipal e para Presidente da Assembleia Municipal.



*Eutrópio Lima da Cruz
Presidente eleito da Câmara Municipal da Boa Vista*

“O exercício do poder local mexe com o sentido de pertença dos cidadãos-municípes”

I. Experiência política tinha quase nada. De todo o modo, aceitei o convite a mim formulado por Pedro Pires, ex-Primeiro Ministro da governação do PAICV. Nas circunstâncias, eu

era membro ativo da Associação dos Amigos da Ilha da Boa Vista – Vinte e Sete de Setembro. Uma das questões que pessoalmente me colocava ia no sentido de encontrar uma forma de saldar satisfatoriamente a dívida para com a ilha que me viu nascer. Surgiu então a oportunidade. Boa Vista encontrava-se entre as mais periféricas ilhas de Cabo Verde, com cotas de autoestima bastante em baixo. Sem imodéstia, refiro o meu contributo para a criação da Associação de Municípios Cabo-Verdianos. Com o MpD governando a maioria das câmaras, foi permanente a relutância em se criar e constituir essa instância, por quatro anos. Subjacente estava o entendimento de que essa plataforma faria contrapeso e oposição ao Governo Central. Custou a remover esse entrave, mas aconteceu num encontro temático com autarcas portuguesas, em 1995, onde lancei um repto aos autarcas cabo-verdianos. Ficou constituída uma comissão de três presidentes para se criar a associação, que seria efetivada num ato presidido pelo Presidente António Mascarenhas, em S. Vicente, ainda nesse ano. Na comissão instaladora estiveram, por ordem alfabética, Eutrópio Lima da Cruz, Jacinto Santos e Jorge Santos. Quanto ao mais, ao deixar Boa Vista, fi-lo com sentimento de dever cumprido e de dívida (parcialmente) saldada. Não me restam dúvidas de que, para mim, valeu a pena.

2. Ao longo desses anos, temos vindo a assistir como o exercício do poder local, o mais descentralizado, temporizado e localizado que tem sido possível, vem-se traduzindo em dinâmicas múltiplas e mexendo com o sentido de pertença de cidadãos-municípios ao seu tempo e ao seu espaço. Contudo, será bom dizer que os estatutos do Poder Local deverão ser visitados e revistos, em periodicidades aceitáveis. Boa escolha, sim senhor. Preocupação sentida como necessária. Aliás o próprio “Partido Único” vinha consolidando discurso nesse sentido. Apenas desejaria que se estabelecessem balizas-limites temporais para o exercício por titulares, acautelando a criação de raízes, rotinas, esgotamentos e até mesmo vícios, não obstante a propalada sentença de que se precisa de tempo e outras razões pontualmente trazidas como justificativos.

3. Há níveis de satisfação. Vem-se tratando de uma aprendizagem da consolidação de experiências. Estamos em campo aberto, onde os entendimentos

e discursos sobre uma descentralização verdadeira quanto adaptada aos nossos condicionalismos, merecem estudo continuado, aprofundamento, sentido de realismo. Desejável será sempre que os poderes, centrais e locais, revejam em permanência suas matrizes de conceção, códigos de conduta e efetividade de exercício. As sistemáticas oposições e inimizades nunca deveriam fazer escola, entre poderes que se destinam à complementaridade. Neste domínio, o nosso meio acusa ainda não leves provincianismos. Continuamos, porém, acreditando nos processos históricos e na possibilidade da prevalência de aceitáveis pautas de valores. Os processos eleitorais são também eles dinâmicos. Em concreto, para além das próprias entidades nisso envolvidas que procederão a revisões e balanços aconselhados por experiências acumuladas, bom será certamente a intervenção dos demais intervenientes designadamente os políticos, decisores e legisladores, como boa será também a voz dos autarcas e bom poderá ser ainda ter-se em linha de conta o próprio senso da sociedade.



Jacinto Santos
Presidente eleito da Câmara Municipal da Praia

“O Poder Local é uma das realizações mais bem conseguidas da nossa democracia”

I. A expectativa era grande, estimulador e desafiador porque estava-se perante uma experiência nova. Cabo Verde tem uma longa e rica tradição administrativa, a primeira Câmara Municipal foi criada no século XV, na Ribeira Grande de Santiago. De 1975 a 1991, a Administração Local foi substituída por corpos administrativos locais sob o domínio de um partido político. A 15 de dezembro de 1991 foi implantado o poder local democrático, isto é, os cidadãos eleitores dos 14 concelhos então existentes pela primeira vez na história política do país elegeram diretamente os seus representantes locais, que passaram a gerir os municípios, enquanto poder político, com autonomia, atribuições e competências próprias. O primeiro desafio foi o de conformar a Administração Local à nova realidade política e institucional: uma República democrática, que se baseia na soberania popular, democracia liberal e Estado de Direito. Segundo desafio era governar um município com duas realidades distintas: a urbana/cidade da Praia e capital da República e a rural, abrangendo as freguesias de Santíssimo Nome de Jesus e São João Baptista, atual município de Ribeira Grande de Santiago, e as freguesias de

São Nicolau Tolentino e de Nossa Senhora da Luz, atual município de São Domingos. Terceiro desafio era formar uma estrutura técnica e administrativa dotando-a de autonomia operacional e com poder de iniciativa sob a orientação política do presidente e da vereação. Além de resolver problemas concretos das pessoas, dos bairros e das aldeias, o que marca a nossa passagem pelo município da Praia e a visão, refletida no Plano Diretor, que ainda orienta o desenvolvimento da cidade, bem como as reformas introduzidas, designadamente na informatização dos serviços, envolvimento de privados na planificação e infraestruturização urbanas, habitação e dinamização do setor da construção civil com a saída da câmara municipal da construção de obras públicas locais. Como servidor público me sinto orgulhoso e privilegiado por ter tido a oportunidade de contribuir para melhorar a vida das pessoas e de ter lançado as bases do desenvolvimento da Praia. Foram oito anos de uma dedicação intensa com suporte de uma equipa jovem de técnicos fantásticos, entusiastas e altamente motivados. Criamos uma comunidade alicerçada numa visão partilhada e proporcionei aos jovens técnicos oportunidades de projeção nas intervenções que ainda marcam a cidade e o município. Tive a sorte de ter o suporte de uma equipa de administrativos altamente qualificada. Se tivesse que sugerir algo aos candidatos a eleitos municipais, dir-lhes-ia uma coisa simples: mais do que fazer parte das listas é importante ter um conhecimento ainda que sumário acerca dos principais problemas do município, noção básica de gestão/administração e ideias sobre as prioridades e um elevado compromisso com o interesse geral, a democracia e o primado da lei.

2. Mais do que uma excelente escolha, foi a passagem de uma Administração Local dependente do

Governo para um Poder Local Autárquico, elemento constitutivo da democracia liberal e do Estado de direito, implantado no país, a 13 de janeiro de 1991. Passamos a ter dois níveis de governação pública, separando as atribuições do Estado (Administração Central e Local) das atribuições dos municípios. Os municípios deixaram de ser corpos administrativos locais para serem um poder político autónomo legitimado pelo voto popular. O Poder Local é um dos pilares do nosso sistema político, é uma das realizações mais bem conseguidas da nossa democracia.

3. Os municípios tiveram um papel relevante na realização dos indicadores de desenvolvimento que Cabo Verde atingiu. O PLD e a descentralização aceleraram o progresso político, social, cultural e económico da Nação. Porém, os municípios enfrentam novos desafios assim como o país no seu todo, designadamente conquistar a independência financeira, sair da administração autárquica clássica para um modelo de governança territorial centrada na promoção do crescimento económico local; ampliar a democracia, criando espaços e instrumentos que potenciem a participação dos munícipes e de todos os atores do território no processo de desenvolvimento local e regional, o reforço da Assembleia Municipal na fiscalização e acompanhamento da execução orçamental, reforço da oposição democrática municipal. A nível governamental, a tutela de legalidade tem que ser efetiva. A tutela jurisdicional, sobretudo a exercida pelo Tribunal de Contas, tem de ser efetiva. A integração das contas (receitas e despesas) no SIGOF é urgente para que se possa fazer o controlo e a fiscalização concomitante em tempo real da execução financeira do orçamento municipal.



Eugénio Veiga
Presidente eleito da Câmara Municipal do Fogo

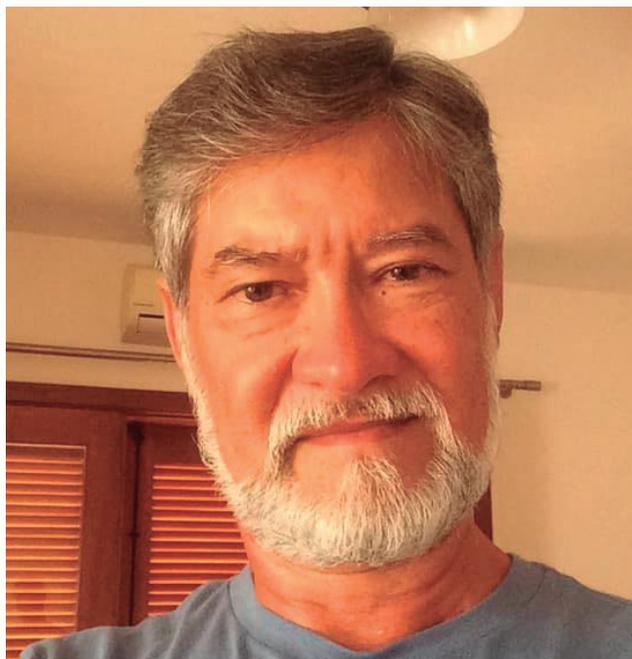
“O processo eleitoral cabo-verdiano poderá estar a requerer uma profunda reforma”

I. Num momento particular, mais como ato de solidariedade, aceitei encabeçar a lista para o executivo camarário, quando antes, pelo menos, duas vezes, dissera conscientemente que poderia não ser melhor candidato, embora admitindo que, como técnico, uma mais valia para processo de desenvolvimento da ilha. A partir daí fui apanhado de um misto de energia/ vontade de tudo poder fazer para o bem comum. Obviamente, num ambiente socio económico extremamente debilitado em toda extensão da ilha/município, agravada com hostilidade sequencial do Palácio da Várzea, a visão definida e implementada, considera-se poder ser motivo de grande satisfação. A expectativa fundamental inicial era garantir a coesão territorial, o desenvolvimento harmonioso, a valorização dos recursos humanos e de todas as outras potencialidades existentes. A visão se concretizou, grosso modo. Se não, vejamos. A capital de Fogo, cidade de São Filipe, encolhida, desintegrada, sem qualquer dinâmica económica, com mais de 2/3 da sua população secundarizada

em guetos se integrou dinamicamente, com serviços básicos públicos, harmonia habitacional, espaços desportivos e de lazer, ordenamento urbano, espaços verdes, bem como invejável cooperação descentralizada com parceiros de vários países da Europa, América, África, estando ainda vários destes parceiros no município, com destaque para a cooperação descentralizada com Luxemburgo, no setor da Educação. Muitas deceções, desilusões também acompanharam o percurso político. A infração da lei por parte do Governo Central, discriminando deliberadamente o Poder Local.

2. A inspiração das legislações é da Administração Portuguesa. A modalidade julga-se poder ter cumprido o papel que lhe estava reservado. Cria uma dinâmica competitiva forte, para além de um engajamento direto com o eleitorado, propiciando ambiente favorável para desenvolvimento participativo e eventualmente redução de custos de criação de riquezas municipais. Na altura pouco tempo havia para estudos comparativos e harmonizar com a realidade das ilhas de Cabo Verde. Verdadeiramente nas circunstâncias de então, a solução retida julga-se poder ser pacífica e útil.

3. O sistema poderá estar na presente conjuntura a evidenciar algum sinal de cansaço e quiçá de esgotamento. Há registos de situações presentemente nos municípios que podem por em causa muitos dos aspetos legais e administrativos. Nova era e nova solução deve ser encarada. Cabo Verde precisa de boas leis autárquicas e não de muitas leis. O sistema aplicado para as eleições legislativas poderá ser o melhor para eleições autárquicas, sendo o primeiro da lista única mais votada o eleito para presidente da Câmara e os restantes da lista para Assembleia Municipal. Vereadores podem sair da lista ou então de cidadãos, com evidente capacidade, idoneidade e engajados com o processo de desenvolvimento. Assim, considero que o processo eleitoral cabo-verdiano poderá estar a requerer uma profunda reforma para credibilização ascendente das instituições e do país.



Rui Oliveira Vera-Cruz

Presidente eleito da Assembleia Municipal do Paul

“A Assembleia Municipal já vai se tornando ‘familiar’ para as populações”

I. Muitas dificuldades tivemos que superar ao longo da campanha porque nos conectaram ao PAICV, que na altura estava com pouca aceitação entre a população. Agressividade, portas que se fechavam na nossa cara no primeiro contato, regiões de difícil acesso e falta de conhecimento

do GIDESP foram as principais dificuldades e os grandes desafios. Naquela época a população não sabia bem qual era o papel do Presidente da Assembleia Municipal, tinha-se que explicar qual o papel desse órgão e a sua importância, isso na fase da campanha, o que era desafiador, considerando os muitos esclarecimentos a serem passados.

2. Quando me candidatei já sabia quem era o candidato a Presidente da Câmara Municipal, pessoa querida pela população paulense. Por outro lado, tratava-se do GIDESP, Grupo Independente para o Desenvolvimento Socioeconómico do Paul, que contava com algum apoio por parte do PAICV.

Além disso, minhas profundas raízes nesse concelho obrigavam-me a aceitar o desafio. A participação dos eleitores nas urnas foi substancial, atendendo à pressão da campanha e do “controlo” que se tentava exercer sobre os mesmos (o partido no poder na altura).

3. Sim. Acredito que, volvidos 32 anos, a Assembleia Municipal já vai se tornando “familiar” para as populações que esperam resultados palpáveis para as suas inúmeras reivindicações, pois já sabem que as decisões importantes são tomadas nas sessões da Assembleia Municipal. A CNE, por sua vez, melhorou muito nas últimas décadas, modernizando o ambiente do processo eleitoral e atualizando e corrigindo de forma sistemática os cadernos eleitorais.



Cristalina Reis
Presidente eleita da Assembleia Municipal do Porto Novo

“A vontade era muita de ver o nosso país a viver pela primeira vez uma democracia”

1. Em 1991 a experiência e o conhecimento político eram quase nulos, mas a vontade era muita de ver o nosso país a viver pela primeira vez uma democracia e exercendo o seu direito de voto como cidadãos livres e independentes. Foi uma experiência única na minha vida e se me perguntassem se faria tudo de novo, diria sim. Diria à geração atual e às que virão que participem sempre com intensidade e que não fujam a essa responsabilidade como cidadãos. Que não fujam a desafio tão aliciante e que façam valer a pena, com humildade, com honestidade e muito trabalho responsável, pensando sempre no nosso país e na necessidade que tem de homens e mulheres responsáveis, idóneos e corajosos.

2. Sem dúvida nenhuma, pois é a única forma que o povo tem de ter um governo perto e poder assim ver os problemas e anseios resolvidos para além de um desenvolvimento físico e económico mais célere.

3. De uma forma geral, sim. Porque Cabo Verde, como país africano, é no mundo conhecido como um exemplo de democracia e desenvolvimento.



Silvino Andrade
Presidente eleito da Assembleia Municipal do Sal

“O poder local que temos hoje é democrático e consolidado”

1. As dificuldades enfrentadas em 1991 foram várias: falta de experiência, falta de recursos e outras enquanto os desafios foram sobretudo no sentido de convencer os eleitores a não se absterem de ir votar, como também de convence-los que as propostas da lista a que pertencia eram as melhores. A minha candidatura à função de Presidente da Assembleia Municipal do Sal foi motivada pelos apelos de cidadania por parte de amigos e pela minha vontade de servir a minha ilha.

2. Sim, foi uma boa escolha. O desempenho da Comissão Eleitoral foi bom, tendo em conta que se tratava de um dos primeiros atos eleitorais com listas multipartidárias, o primeiro ao nível local. A participação dos eleitores foi satisfatória, considerando que só nesse ano houve três eleições democráticas.

3. Em 1991 o povo não sabia, por exemplo, quais eram as funções do presidente da assembleia municipal, pelo que tentávamos educá-lo.

Hoje o povo já consegue identificar satisfatoriamente as funções da AM e do seu Presidente. O poder local que temos hoje, pode ser classificado de democrático e consolidado. A CNE tem melhorado consideravelmente a

organização das eleições e o combate às fraudes durante as campanhas e durante o desenrolar dos atos eleitorais, contribuindo para a elevação do nível da nossa democracia.



*António Augusto Ferreira
Presidente eleito da Assembleia Municipal da Boa Vista*

“Tudo era feito com ‘paixão’ pela ilha e pelos munícipes”

I. Foi difícil se adaptar ao processo, se bem que já tínhamos tido as legislativas antes, mas a nível das autarquias, vivia-se uma grande expectativa pelo “novo” ciclo, mas também uma grande preocupação e atenção na escolha dos candidatos aos cargos. Atualmente há incentivos e remunerações aos eleitos, mas na altura não havia nada. Os representantes que vinham das suas localidades tinham direito somente às refeições diárias, mas,

na minha opinião, devia ter sido atribuído a eles algum valor monetário para outras despesas, inclusive, ficarem hospedados na vila de Sal-Rei durante os dias de trabalho. Mas como eu disse, fomos os “pioneiros” do processo, para nós era mais uma contribuição à ilha.

2. Foi uma boa escolha. Permitiu abrir o leque de participação de outras forças políticas, maior discussão dos problemas comunitários vindos das populações, através de seus representantes. Para além disso, obrigava a entidade camarária, como órgão executivo, a levar ao plenário da Assembleia Municipal os casos para apreciação, discussão e aprovação. Acreditem, tudo era feito com “paixão” pela ilha e pelos munícipes e também porque era algo novo na vida municipal. Estávamos “apaixonados”.

3. O percurso e os resultados são satisfatórios, apesar de haver “matéria” para ser explorada e melhorada. Se houver respeito mútuo entre Governo Central e Municipal, tudo será mais fácil no que concerne a entendimentos sobre assuntos de interesse nacional e/ou municipal. Atualmente, testemunhamos melhores condições de trabalho. Algo de bom está sendo feito no processo, graças a ambos os lados, Governo/Municípios, mas podia ser melhor.



Atelano Fonseca

Presidente eleito da Assembleia Municipal do Fogo

“Temos que inovar”

I. Eu já tinha experiência política como deputado da Assembleia Nacional pelo círculo do Fogo, eleito em 1986 na última legislatura da I República. Em 1991, quando já tinha sido reeleito deputado nas primeiras eleições pluripartidárias, fui contactado para ser candidato a Presidente da Assembleia Municipal e aceitei porque considerei ser mais um desafio. Fomos eleitos pelo concelho do Fogo, ou seja, tanto São Filipe como Mosteiros e Santa Catarina, tendo ficado com a Câmara, todos os vereadores e com maioria na Assembleia Municipal, onde estiveram connosco os deputados eleitos pelo grupo independente *Pa frenti Djarfogo*. Naquela altura os deputados nacionais não eram remunerados, mas recebíamos ajudas de custo. Por isso, para participar nas reuniões da Assembleia Municipal, tendo em conta a minha preocupação com os custos e para não sobrecarregar o município com despesas, pois a situação da tesouraria não era boa, eu fazia coincidir essas reuniões com as visitas à ilha como deputado nacional, duas vezes por ano. O edifício da Câmara era antigo, o Eugénio Veiga e a sua equipa fizeram o arranjo do edifício em algumas salas ainda que precárias para os vereadores.

Só mais tarde é que se veio a fazer uma remodelação mais profunda, com melhores condições. A Assembleia Municipal inicialmente funcionava no próprio salão nobre da Câmara Municipal. Fizemos lá todo o nosso trabalho e depois conseguimos durante o mandato um espaço próprio onde funcionava naquela altura a biblioteca e que hoje é a Assembleia Municipal.

2. Naquela altura a opção foi boa, porque tanto o presidente da Câmara como o presidente da Assembleia tinham legitimidade conferida pelo voto popular. Em termos de gestão era da responsabilidade da câmara. A Assembleia tinha o seu orçamento, esse era aprovado pelo presidente da Câmara.

3. O percurso tem sido positivo até agora. O poder local, além de ser um elemento de confiança dos eleitores, tem o fator de aproximação, o que leva os eleitos a procurarem desenvolver o município para corresponder à confiança depositada nas urnas. Quando fui eleito pela primeira vez como presidente da Assembleia, eu tinha apenas 42 anos de idade, hoje estou com 65. Eu sei que se está a pensar alterar o estatuto dos municípios e dessas ideias é mudar a forma de eleição do presidente da Câmara através da criação de uma espécie de concelho municipal, que seria conduzido pelos deputados municipais eleitos. O presidente sairia do seio da Assembleia, o que daria à Assembleia mais força, sobretudo no que diz respeito à fiscalização das atividades da Câmara e por outro lado, seria benéfico para o presidente que, assim, poderia recrutar quadros qualificados e competentes, mesmo que não pertençam ao respetivo partido. Temos que inovar e seria bom continuarmos a pensar nesse sentido.

As primeiras eleições autárquicas aos olhos da imprensa

A comunicação social cabo-verdiana acompanhou a par e passo o capítulo singular e marcante da história de Cabo Verde que foram as primeiras eleições autárquicas, em 1991. Como observadores privilegiados, José Vicente Lopes, jornalista do *Voz di Povo* naquela época, e José Mário Correia, repórter da então *Cabo Press* (agora Inforpress) estiveram nesse palco de estreia para a história política de nossa terra, a captar o pulsar das urnas, revelando caminhos ainda não explorados, partilham agora connosco as nuances e reflexões desse evento que redefine a trajetória de nossa sociedade.



José Vicente Lopes
Jornalista do Voz di Povo em 1991

“O poder local é, ainda hoje, uma das marcas mais salientes da democracia cabo-verdiana”

Menos emocionantes do que as legislativas de 13 de janeiro de 1991, as eleições autárquicas de dezembro daquele mesmo ano, para mim, correram de forma normal, apesar de ser a primeira vez, também, que os cabo-verdianos iriam eleger os seus órgãos do poder local.

No meu caso, coube-me cobrir as eleições no Maio, ilha que eu não conhecia. Houve apenas duas candidaturas, uma do MpD e outra do PAICV. A campanha, isto é, os comícios aconteciam principalmente no início da noite, no centro da então Vila do Porto Inglês, no resto do dia quase nada acontecia.

Portanto, para mim, no Maio, aquela foi uma cobertura sem grandes agitações, e os resultados não me surpreenderam, logo também, sem espaços para especiais emoções ou lembranças.

Obviamente que Cabo Verde saiu a ganhar, imensamente, com a instituição do poder local por voto livre e secreto. Esta é, ainda hoje, uma das marcas mais salientes da democracia cabo-verdiana em comparação a outros países africanos, principalmente os que nos são mais próximos. Basta ver que a Guiné-Bissau e Angola, ainda hoje, não têm eleições autárquicas, Moçambique recentemente é que passou a tê-las. Apenas Cabo Verde e São Tomé e Príncipe apostaram, muito cedo, nesse tipo de escolha eleitoral. E ainda bem.

Cabo Verde, sobretudo as ilhas ou os concelhos mais periféricos ganharam bastante, porque a concorrência, também em política, é salutar, ajuda a chamar as pessoas, neste caso os munícipes, a participarem na escolha dos seus governantes.

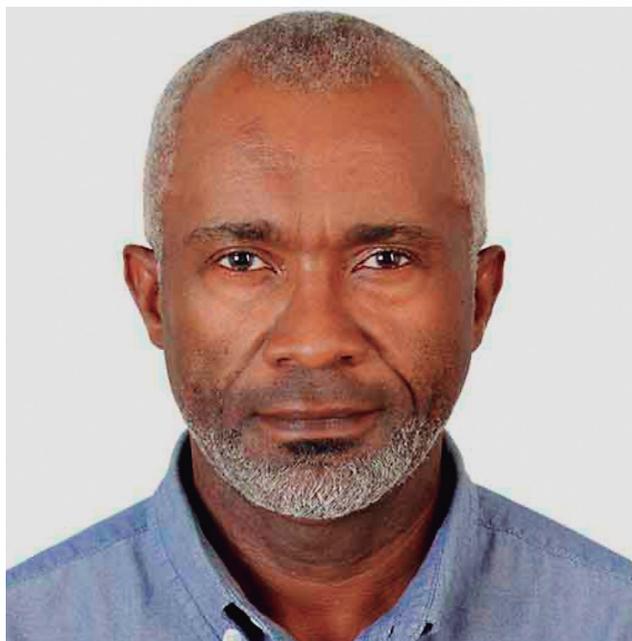
Antes, no partido único, quando alguém era enviado para fora da Praia ou do Mindelo para gerir a vida local isso era logo visto como um castigo ou uma missão muito difícil de cumprir.

Hoje, qualquer que seja a câmara municipal, há, no mínimo, dois candidatos. Portanto, a vontade de fazer mais e melhor é claramente outra, nem se compara.

Apesar dos vários problemas, a minha avaliação é, no geral, boa. O nosso sistema eleitoral autárquico, desde a primeira hora, permitiu a participação de grupos de cidadãos (faculdade que só recentemente Portugal passou a admitir), também permite

que estrangeiros, radicados entre nós, possam participar na escolha dos órgãos do poder local. Acho isso louvável. Quanto às imperfeições, há que dar tempo ao tempo para serem melhoradas. O importante é que, de quatro em quatro anos, os

municípios possam fazer a sua avaliação e votar em consciência, mesmo quando não votam ou preferem vender o seu voto. Ora, sendo o voto livre, cada um deve fazer com ele o que bem entender, mesmo que depois pague caro as consequências da sua decisão.



*José Mário Correia
Jornalista da Cabo Press (atual Inforpress) em 1991*

“A Imprensa criou espaços à diversidade informativa e pluralidade de opiniões”

Sem dúvidas, no momento político vivido nessas eleições plurais – e nas anteriores – a Imprensa criou espaços à diversidade informativa, à pluralidade de opiniões, ao contraditório. Enfim, informou, esclareceu, influenciou na forma de atuação dos candidatos. Acabou por invadir o espaço dos atores políticos, influenciando a sua própria forma de vestir, sua postura política, ética, pessoal, etc. Eles acabaram por se dar conta de que a comparação com o candidato adversário era inevitável. Passaram a ter mais atenção na forma como falavam, naquilo que transmitiam, num inequívoco entendimento de que estavam, doravante, sob escrutínio social através da Imprensa.

Jornais, rádios e televisões (nacionais e estrangeiros) transformaram-se numa verdadeira arena, num espaço de confronto. E fizeram tudo

isso chegar ao votante que, agora mais consciente, mais esclarecido, com mais elementos de avaliação, decidiu pelo voto “sim”, “abstenção”, “branco” ou simplesmente “nulo”. A democracia autárquica fez-se assim.

Sendo certo que são escassos os registos em áudio e vídeo em arquivo, poder-se-á facilmente aferir pela imprensa escrita (particularmente o jornal estatal *Voz di Povo* – 1975-1992) um testemunho social de participação dos cabo-verdianos em todo o processo, do início da campanha eleitoral, ao ato efetivo de votação. A população opinou de viva voz, escreveu e fez publicar, deu a cara, deu o seu testemunho, posicionou-se diante dos jornalistas e de seus microfones.

Pouco importa se refletiu uma opinião própria ou uma opinião do candidato a que estava afeto. O que importa é que a comunicação social, os jornalistas, deu-lhe ouvidos e divulgou o seu testemunho. E também a informou, formou-a, preparando-a para o exercício do seu direito de voto, através da análise de situações, da publicação de biografias dos candidatos, da divulgação de informações. Disponibilizou e levou bem longe, para todo o lado, as próprias imagens – estáticas e móveis – dos candidatos, facilitando a distinção entre todos eles, entre um e outro. Até porque, pela sua própria natureza, especificidade e características próprias, as eleições autárquicas sempre foram muito participadas e concorridas. E as primeiras terão sido muito mais.

As redações criaram equipas de terreno – jornalistas, câmaras, fotógrafos – e as espalharam por todo o arquipélago. Não havia como a Imprensa não se perfilar como o olho e o ouvido da população, mediando, qual fiel da balança, as relações entre a fonte (os candidatos) e a sociedade (população). A televisão em Cabo Verde teve um trabalho muito louvável, por dois motivos.

Primeiro, porque do conjunto dos órgãos de comunicação social era – e é – a mais completa.

Tem “som, imagem e algum texto”. Num país onde, à época, a população analfabeta rondava os 60% - talvez um pouco mais – os iletrados tinham aqui, na Televisão Nacional de Cabo Verde – um campo bom de decifração dos conteúdos políticos pela audição e visualização das imagens televisivas, por oposição a imprensa escrita, que exigia um engenho pela leitura, mormente num país que lia – e ainda lê – muito pouco. A televisão conseguiu, portanto, proporcionar aos potenciais eleitores uma oportunidade de visualizar os atores políticos, de olhar nos seus olhos e de conhecer o teatro das operações.

Em segundo lugar, pelo timing que escolheu para a divulgação das informações – o chamado horário nobre, o tal momento em que todas as famílias já estavam em casa reunidas, mais tranquilas, para acompanhar as informações de campanha – 13 horas (a hora do almoço). Nessa época, os funcionários públicos faziam uma pausa laboral entre as 12 horas e as 14h30) – e a partir das 20h45, quando todo mundo já estava em casa, mais relaxada e ávida para ser informada.

A Internet é uma coisa relativamente moderna. Não havia nem Instagram, nem Facebook, nem YouTube. Sequer as rádios e jornais tinham plataformas digitais onde fizessem circular imagens em vídeo. Estas eram um exclusivo da televisão nacional, que soube tirar o maior proveito dessa sua prerrogativa específica. A televisão soube levar até as casas dos votantes a imagem dos candidatos, os símbolos dos partidos políticos, as cores com as quais se identificavam. Mas também conseguiu mostrar os espaços físicos, os 14 municípios/autarquias/concelhos para os quais os candidatos concorriam, introduzindo uma alta dose de racionalidade no exercício social de escolha, no ato de votação em si. Foi por aqui que muitas pessoas aprenderam o que é um boletim de voto, o que é uma urna e como introduzir o boletim nas urnas.

Podendo registar para posteridade, qual foi a ocorrência que mais me marcou, destacaria sobretudo o fair-play dos atores políticos no terreno e nos confrontos no espaço dos media, sem esquecer a atitude do derrotado em aceitar o resultado. Eventualmente, devido ao ineditismo do ato.



*Comissão
Nacional de Eleições*

Ficha Técnica

Propriedade: Comissão Nacional de Eleições

Redação: CNE (Maria do Rosário L. Pereira Gonçalves) e os autores dos testemunhos

Revisão: CNE (Elba Pires e Isaías Gonçalves); EME – Marketing & Eventos (GCI - Teresa Sofia Fortes)

Fotografias: Cedidas pelos autores para uso exclusivo no presente documento

Capa, Paginação e Design: EME – Marketing & Eventos (GCI - Sónia Amante da Rosa)

Contatos:

Tel.: +238 262 43 23 / **Fax:** +238 262 42 30

Sede: CP nº 290 - Prainha, Praia – Santiago

Site: www.cne.cv

Ano da edição: 2023